

# Juro de 12% pode se definir no STF

Reviravolta fixa limite em artigo do texto para torná-lo auto-aplicável

JULIO ALCANTARA

A partir do próximo dia 5 de outubro, data da promulgação da nova Constituição, os juros bancários não poderão exceder os 12% ao ano. Por 18 votos contra 5, a Comissão de Redação da Constituinte restabeleceu ontem a decisão adotada no 2º turno a respeito da matéria, rejeitando alteração proposta pelo relator Bernardo Cabral e que exigiria a aprovação de lei complementar para o dispositivo entrar em vigor. Surpreendentemente, o próprio Cabral contribuiu para o resultado da votação, contrariando o seu parecer anterior ao defender a colocação do tabelamento como parágrafo no texto constitucional, o que o torna auto-aplicável. Como inciso, a medida necessitaria de regulamentação. A questão, porém, poderá ser decidida somente pelo Supremo Tribunal Federal, como admitiu o deputado Ulysses Guimarães, que presidiu a reunião da Comissão. O tabelamento dos juros bancários foi responsável pela primeira polêmica séria dentro da Comissão de Redação. Inconformado com a decisão em torno da matéria, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) anunciou a intenção de recorrer ao plenário, alegando que o grupo de redatores não tem poderes para aprovar alterações desta natureza. Além de Inocêncio, votaram contra a vigência imediata do dispositivo o senador Jarbas Passarinho e os deputados Bonifácio de Andrada, Paes Landim e Ricardo Fiúza.

A matéria também provocou dúvidas de natureza jurídica entre os membros da Comissão. O deputado Ulysses Guimarães, por exemplo, acha que o tabelamento necessita de regulamentação de qualquer forma, como parágrafo ou inciso, já que ambos subordinam-se ao caput do artigo, que por sua vez pede regulamentação. O deputado Inocêncio de Oliveira pensa de forma inversa. Mas quem encerra a questão é o professor José Afonso, assessor jurídico da Comissão de Redação: "Não há margem para dúvidas: aparecendo em forma de parágrafo, o dispositivo é auto-aplicável e passa a vigorar imediatamente após a promulgação", explicou.

## RECURSOS

A ala esquerda da Comissão também está insatisfeita com algumas decisões e pretende igualmente recorrer ao plenário. Os deputados Vivaldo Barbosa (PDT), José Genoíno (PT) e Haroldo Lima (PC do B) não aceitam a supressão das minas entre as propriedades da União. Eles discordam do relator Bernardo Cabral, segundo o qual mina e jazida são sinônimos e a última, que é até mais abrangente, já estaria contemplada no projeto: "Jazida é minério escondido. Na hora em que começa a ser explorado é que vira mina", acredita Genoíno.

Segundo o deputado Vivaldo Barbosa, os advogados da Vale do Rio Doce estão preocupadíssimos com a alteração, temendo que a União perca a propriedade sobre o subsolo. O parlamentar pedetista lembrou ainda que o texto que se pretende alterar é idêntico ao da atual Constituição, bem como ao das Cartas de 34 e 46. "Além disso, vem sendo inalterado desde a fase das sub-comissões", completou Barbosa.

Mas nem só de desentendimentos vivem a esquerda e a direita. As duas alas conseguiram unanimidade em torno da duração do mandato das Mesas Diretores do Senado e Câmara, que o plenário "esquecera" de definir. Prevaleceu o período atual, que é de dois anos.

Houve acordo também quanto à nova redação do dispositivo que permite ao Governo decretar o Estado de Defesa em casos de calamidades naturais. O relator queria excluir a palavra "naturais", mas a esquerda entendia que sem ela até as greves poderiam ser consideradas calamidades. Venceu um texto alternativo, redigido pelo senador Jarbas Passarinho, que prevê inclusive as hipóteses em que a calamidade não tem origem na natureza mas sobre ela produz efeitos desastrosos — o senador citou o exemplo do acidente de Chernobyl. O texto do acordo fala em "calamidade de grandes proporções na natureza".

## Ou candidato, ou ministro, diz Chiarelli

"Não vi essas declarações, mas é um direito que o ministro tem. Mas para se candidatar ele precisa deixar o Governo". Assim reagiu o senador Carlos Chiarelli (PFL/RS) à manifestação do ministro Aureliano Chaves no sentido de não deixar o Governo agora para se lançar em uma campanha presidencial e de não fazer críticas abertas ao Palácio do Planalto durante essa campanha. Chiarelli, contudo, lembrou que o partido precisará lançar um candidato. "Se não for o ministro, será outro. Temos muitas alternativas", afirmou, sem revelar quais. "Escolheremos na hora adequada".

Ao contrário de Chiarelli, o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PFL/PE), continua apostando na candidatura de Aureliano. Um assessor de Maciel informou que ele entende ser preciso lançar um candidato próprio logo, já que outros partidos menores que o PFL o fizeram.



Sempre presidida por Ulysses, a Comissão de Redação reuniu-se ontem longamente para concluir seu trabalho.

## Agora, texto está com filólogo

O adiamento da votação da redação final da Constituição, prevista no cronograma oficial para o próximo dia 22, só será decidida na semana que vem, dependendo do volume de propostas de alteração de redação a serem apresentadas pelos constituintes neste final de semana. Com modificações que não atingem o mérito das matérias aprovadas no 2º Turno, como garante o relator Bernardo Cabral, os 27 membros da Comissão de Redação concluíram ontem à noite a primeira fase de ajustes no texto final. A análise das 290 propostas de redação apresentadas pelo filólogo Celso Cunha foi adiada para a segunda-feira, quando a Comissão volta a se reunir para dar parecer sobre as emendas dos constituintes.

A possibilidade de votação em bloco das matérias novas introduzidas pela Comissão de Redação, defendida pelo senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) foi igualmente descartada pelo presidente Ulysses Guimarães. O presidente argumenta que a Comissão de Redação não foi designada apenas para corrigir erros de Português, mas tem competência também de acertar e ajustar o texto final.

Houve um certo consenso entre as lideranças no sentido de que haveria a necessidade de votação das emendas novas, mas o doutor Ulysses permanece cauteloso em relação a esta tese — explicou o senador Jarbas Passarinho.

O senador acredita que este assunto poderá voltar a ser discutido com Ulysses Guimarães neste final de semana, já que os dois permanecerão em Brasília para resolver possíveis problemas. "O que quero deixar claro é que não

é meu objetivo defender um 3º Turno de votações com reabertura de novos prazos para apresentação de emendas, como querem alguns".

No último dia de reunião da Comissão de Redação, a maior parte do tempo foi gasta com a discussão sobre o tabelamento de juros como inciso ou parágrafo. Na parte da manhã o assunto foi encerrado com uma votação, ficando definido que o tabelamento passa de inciso para parágrafo, o que o torna auto-aplicável.

### O QUE FOI MUDADO

1 — IR DO PRESIDENTE — A Comissão de Redação fez uma remissão aos artigos 156 e 159 tornando obrigatório o pagamento do Imposto de Renda para o presidente e vice Presidente da República. No 2º Turno os constituintes se omitiram sobre o assunto.

2 — DURAÇÃO DE MANDATO NO CONGRESSO NACIONAL — Corrigindo outra omissão os membros da Comissão de Redação fixaram em 2 anos a duração do mandato dos integrantes eleitos das Mesas da Câmara e Senado Federal. O Texto era omissivo sobre este prazo e adotou-se a duração prevista na Constituição atual.

3 — DIREITO DOS MILITARES — Na parte dos direitos trabalhistas previstos no Artigo 7º, pelo texto aprovado, somente teriam direito aos benefícios os servidores civis, sem referência aos servidores militares. A Comissão de Redação sanou a falha, estendendo direitos como 13º Salário, abono de 1/3 sobre as férias, licença paternidade e maternidade e salário-família aos militares.

4 — BENS DO DF — Resolvida

a omissão sobre a definição dos bens do Distrito Federal, com adoção no texto da seguinte redação: "Incluem-se entre os bens do Distrito Federal, os que lhe forem atribuídos pela União na forma da Lei".

5 — MINAS NÃO PERTENCEM A UNIÃO — Pela Comissão de Redação as minas não mais pertencem à União. Com a supressão, apenas as jazidas mineiras estão incluídas como propriedade da União.

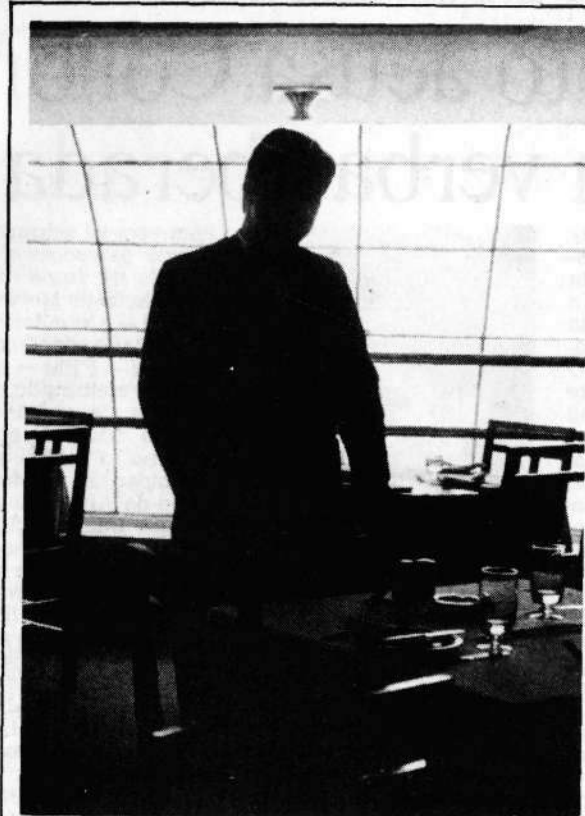
6 — CALAMIDADES NATURAIS — Deu-se nova redação também ao dispositivo que permite ao governo decretar o Estado de Defesa em casos de calamidades naturais. Com a retirada da palavra naturais, optou-se pela expressão "calamidades de grandes proporções na natureza".

7 — TABELAMENTO DOS JUROS — Com 18 votos a favor e 5 contra, os membros da Comissão de Redação decidiram dar à questão do tabelamento dos juros em 12% o status de parágrafo, o que o tornaria auto-aplicável.

8 — MINISTÉRIO PÚBLICO VAI LEGISLAR — O Ministério Público foi incluído entre as entidades que terão iniciativa de propor leis.

9 — PLEBISCITO — Conforme alteração da Comissão, o plebiscito para a criação de novos estados terá de ouvir tanto a população diretamente interessada como as Assembleias Legislativas. Ainda assim se persistir algum impasse, a questão será resolvida pelo Congresso Nacional.

10 — Nº DE VEREADORES — Nos municípios com mais de 5 milhões de habitantes ficou definido o aumento do número mínimo de vereadores em 42, não mais 33 como no texto anterior.



Piantella e Florentino: mesmo movimento dos dias de agitadas votações em plenário

## Hotel, bar e restaurante sobrevivem à Constituinte

Os setores hoteleiro, de bares e de restaurantes de Brasília já não dependem apenas do funcionamento do Congresso Nacional. Apesar do afastamento das legiões de lobistas e de pelo menos 400 deputados e senadores, quase todos os restaurantes e hotéis mantêm o movimento registrado durante os trabalhos da Constituinte.

"Pensei que o movimento cairia muito após o fim da Constituinte. Mas até agora continuamos servindo os mesmos 70 a 80 pratos no horário do almoço", afirma Hamilton Oliveira, maître da filial de Brasília do restaurante Le Bec Fin, um dos preferidos dos lobistas, com matriz em Copacabana.

O espanhol naturalizado brasileiro, Florentino Prieto Grana, proprietário do restaurante preferido das esquerdas, da direita, do Centrão e dos neutros, o Florentino, ignorou o término da Constituinte e inaugurou ontem, em plena entressafra parlamentar, o Florentino Grill,

com 140 lugares. A matriz do Florentino fica no Leblon.

"Fico até constrangido em dizer que meu movimento não caiu nada, pois algum concorrente pode achar que estou blefando. Mas continuamos com a casa cheia, como nos melhores momentos de votação da Constituinte", diz Florentino. Marlen Esteves, gerente comercial do Hotel Nacional, cinco estrelas, explicou que está com 104 por cento de ocupação nos 346 apartamentos. "É verdade que não ficamos muito na dependência da Constituinte, pois temos espaços reservados para congressos. E agora mesmo estamos realizando um. Até o final do ano estaremos com a casa lotada".

Ironicamente, dentro do Congresso Nacional o movimento dos restaurantes caiu 50 por cento. "Na votação do sistema de governo cheguei a preparar 198 pratos, conta Heraldito Silva, maître do restaurante do Senado.

No restaurante preferido de Ulysses Guimarães, o Piantella, que guarda como troféu um cheque de 130 mil cruzeiros assinado pelo presidente da Constituinte em agosto de 1985 e é responsável pelo serviço do restaurante do Senado, o movimento mantém-se estável. Ali se reunia, no final de 84, o estado-maior da campanha de Tancredo Neves, geralmente após os exaustivos e secretos encontros que definiam as estratégias.

O restaurante preferido de Maluf e de seus seguidores — o Gaf — até hoje ressurte-se do resultado eleitoral. Situado no Centro Comercial Gilberto Salomão, no Lago Sul, o movimento do Gaf calou depois de 1985, revela um dos garçons. E no Gaf que o líder nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Calado, costuma levar os convidados para jantar. Nessas ocasiões, o consumo de uísque chega a 10 garrafas. Em períodos normais, não ultrapassa a três.